

Agosto, de Rubem Fonseca e o Varguismo no Brasil

Gustavo Forero Quintero¹

Resumo: O romance de crime *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca, enfoca uma parte da história brasileira: o último governo de Getúlio Vargas (1951-1954). A partir da teoria da anomia, este trabalho busca explicar os efeitos ideológicos de como o escritor resolve a confusão vivida pelo herói, o comissário Alberto Mattos, em uma situação de ausência de lei ou perda de sua vigência. Longe de propor uma leitura liberal e antimarxista da história, como esgrimem contra os críticos do romance, pode-se afirmar que em *Agosto*, Rubem Fonseca dá conta do continuísmo das políticas getulistas na política brasileira contemporânea. Desde seu ponto de vista, apesar das supostas transformações democráticas no país, persiste um Varguismo sem Vargas.

Palavras chave: Romance de crimes, anomia, Getúlio Vargas, Rubem Fonseca.

Abstract: *The crime novel Agosto (1990) by Rubem Fonseca presents a rewriting of part of Brazilian history: the last government of Getúlio Vargas (1951-1954). Based on the theory of anomie, this article aims to explain the ideological effects of the way the writer resolves the confusion experienced by the hero, inspector Alberto Mattos, in a situation in which the law is absent or in which the validity of that law has been lost. Without proposing a liberal and anti-Marxist reading, as critics of the novel have accused it of containing, we can maintain that in Agosto, Rubem Fonseca gives an account of the continuing nature of Getulist policies in contemporary Brazilian politics. From his point of view, despite the supposed democratic transformations that have taken place in the country, the presence of Vargasism persists even without Vargas.*

Keywords: Roman Noir, Thriller, anomie, Getúlio Vargas, Rubem Fonseca.

“Toda autoridade contém, de certa forma, algo de corrupto e imoral” (Fonseca 250)².

O romance de crimes *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca (1925), remonta ao ocorrido em um momento estelar da história do Brasil: o suposto golpe de Estado das forças militares em 1954 e o consequente suicídio do presidente eleito para a época, Getúlio Vargas (1882-1954)³. Assim, no final de vinte e

¹ Universidad de Antioquia-Colombia / gustavoforero@comunicaciones.udea.net.co

² Os trechos citados do livro *Agosto* foram retirados da edição de Companhia das Letras, 1990, e adequados às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

³ Este trabalho faz parte do projeto de investigação “La novela de crímenes en América Latina”, financiado pela Universidade de Antioquia, Colômbia, através do Comité para el Desarrollo de la Investigación, CODI. Também, foi possível graças ao apoio do Programa de la Estrategia de Sostenibilidad del Grupo Estudios

quatro dias do mês de agosto, que inspiraram o número de capítulos do romance e seu título, a investigação do assassinato do empresário Paulo Gomes Aguiar revela um ambiente de corrupção e anomia estatal, acrescentado pelo enfrentamento que se desata após o atentado ao opositor Carlos Lacerda entre o Governo do líder paulista e a cúpula militar. Neste artigo se esboça uma análise do romance desde a teoria da anomia social, isto é, a partir do estudo dos efeitos da situação de ausência de lei ou perda da vigência desta que, num momento dado, acusa o mundo épico na literatura e que prova a confusão moral de um personagem⁴. Sob tais circunstâncias, pode-se dizer que, longe de propor uma leitura liberal e antimarxista da história, como esgrime contra os críticos do romance, o modo como se resolve o conflito permite dizer que, em *Agosto*, Rubem Fonseca dá conta da persistência do Varguismo sem Vargas na política brasileira contemporânea. Assim podemos concluir a partir de três seções que aludem à natureza da investigação que se faz o comissário Alberto Mattos no romance; o perfil do personagem como alter ego do escritor; a crítica literária sobre ele e o estudo de alguns elementos concretos da história do Brasil como a criação da empresa Eletrobrás e a carta testamento de Getúlio Vargas que se reinventam na novela, como se vê a seguir.

A investigação fictícia e histórica: o conflito privado e o conflito político

Em *Agosto*, a recriação literária do atentado contra o jornalista Carlos Federico Werneck de Lacerda, chamado “o Corvo”, une-se ao fato fictício do assassinato do empresário Paulo Gomes Aguiar, perpetrado por motivos econômicos. O vínculo entre ambos os fatos é Gregório Fortunato, chefe da Guarda Pessoal do Presidente, sobre quem recai a suspeita inicial do comissário Alberto Mattos pelo assassinato do empresário. Este homem é inocente do cargo, mas não do atentado: é ele quem planeja junto com Climério Eurípedes de Almeida, seu colega, por mandato de Euvaldo Lodi, deputado geral. Assim, a narração paralela de ambos os argumentos permite a Fonseca revelar desde um fato privado a profunda crise moral dos estamentos públicos brasileiros.

Em primeiro lugar, a investigação de Mattos chega a estabelecer ao longo do romance que o homicídio de Gomes foi cometido por sua esposa e Pedro

Literarios, GEL, 2014-2015, ao qual pertence o autor. Tradução de Washington Pereira de Oliveira, professor de língua portuguesa e espanhola pela Universidade Federal de Minas Gerais (washingtonl09@hotmail.com).

⁴ A teoria está apresentada no meu livro *La anomia en la novela de crímenes en Colombia* (Siglo del Hombre, 2012).

Lomagno, seu amante, pelos benefícios econômicos que deixará à empresa uma intriga financeira urdida por Fortunato e outros membros do Governo, entre os quais se encontra o senador Vitor Freitas. No entanto, a investigação desse assassinato cede sua importância à recriação literária dos fatos históricos: após o atentado a Lacerda, no qual morre seu guarda-costas, o aviador Vaz, desata-se uma recriação radical de uma ala das forças armadas contra o governo que traz como consequência o caos geral e, finalmente, o suicídio do presidente. O próprio Lacerda, inspirado, talvez pelo “manifesto golpista e reacionário (p. 11) que o Ministro de Guerra e alguns militares haviam divulgado em fevereiro desse mesmo ano, promove a crise governamental a responsabilizar o próprio Vargas dos fatos: “Responsabilizo o presidente da República pelo atentado... Foi à impunidade do governo que armou o braço criminoso” (p.74). A crise nacional cresce até o ponto de membros do Senado chegar a dizer, junto com os militares, “Getúlio está com os dias contados” (p.76). Assim afirma o próprio Freitas:

O atentado mudou tudo... Os militares estão furiosos com a morte do major Vaz. Hoje será realizada uma assembleia no Clube da Aeronáutica, com objetivos nitidamente golpistas... A verdade é que os ministros militares já não têm mais controle sobre a oficialidade jovem. Quando os generais só conseguem mandar em outros generais a coisa vai mal. Muito mal (96-97).

Neste sentido, como consequência da intriga política de Lacerda: “Duas correntes facciosas e antagônicas se enfrentavam e a imprensa tomara o seu partido” (p. 156). O presidente Getúlio Vargas perde o apoio de uma importante bancada dos militares e fica a mercê de alguns deles, apoiado por diversos setores sociais – entre os quais participam “Igreja, sectores das Forças Armadas, sectores do empresariado, partidos políticos da oposição e a imprensa” (p.153) – que deseja sua caída. O Exército dividido como consequência do atentado contra Lacerda oscila a democracia e isto faz que o presidente Getúlio busque saídas, entre as quais chega a princípio, a considerar sua renúncia, “para evitar uma guerra civil” (p. 161). No entanto, com o passar dos dias a crise cresce, apresentando tal situação anômica (que revela o vazio de poder que sofre o sistema), em que alguns chegam a dizer que “somente as Forças Armadas podiam acudir ao país” (p. 200). Em tal contexto, em uma de suas pouquíssimas vezes que intervém diretamente no romance, o presidente Getúlio disse como Salvador Allende: “Não renunciarei. Fui eleito pelo povo e não posso sair enxotado pelas Forças Armadas. Só sairei daqui morto” (p. 308), insinuando o

final histórico dos fatos. O narrado salienta que somente pessoas como o líder portuário Duque de Assis se solidarizam com Vargas:

Uma das poucas vozes destoantes do coro de invectivas contra Vargas foi a do líder dos portuários, Duque de Assis. Para ele o movimento pela renúncia de Vargas tinha como objetivo único impedir o progresso do país e barrar a marcha das lutas operárias: “Nossos opositores, opositores do governo e do proletariado, estão a soldo de forças ocultas, disse ele [o portuário]” (p. 286).

Os acontecimentos se resolvem, finalmente, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas (323 e ss.) e o assassinato do investigado Alberto Mattos, que confirmam o ambiente de anomia reinante no romance, pois não se restabelece nenhuma ordem na história, como sucederia em um romance clássico detetivesco e como o observa Siegfried Kracauer ao falar da *ratio* moderna: as forças armadas aproveitam a situação acrescentando uma nota a sua Carta de Testamento; e ainda que o principal suspeito do crime do industrial Paulo Gomes Aguiar é o chefe da Guarda pessoal do Presidente, o delegado junto com sua amante Salete são assassinados pelo autor do crime de Gomes, quem procura garantir sua impunidade e a dos autores intelectuais do assassinato. Neste sentido, em um ambiente de corrupção generalizada (“Somos todos filhos da puta corruptos, aqui nesta mesa. Aqui neste país.” (p. 98), adverte em um dado momento Vítor Freitas). Fonseca avalia assim os acontecimentos que levam a morte de Getúlio Vargas, caracterizados, diante de tudo, pela confusão moral que encarna o personagem principal diante do contexto político que o rodeia. Ao final, a pesar da morte de Mattos e Vargas, as coisas seguem igual que antes: o Estado responde às manifestações com repreensão e o crime de Mattos fica impune, mas: “A cidade teve um dia tranquilo” (p. 185). Desde este ponto de vista se pode analisar as características do comissário como herói do romance e sua relação com o autor como seu alter ego.

O comissário Alberto Mattos como alter ego de Fonseca e a confusão moral

A biografia do escritor Rubem Fonseca é fundamental na hora de avaliar a confusão moral que atravessa o personagem Alberto Mattos, imerso nesse contexto de crise política e anomia social. Assim como Mattos, o escritor foi advogado especializado em Direito Penal e em tal qualidade entrou para a Academia de Polícia do Rio de Janeiro em 1949, onde obteve sua promoção de

comissário no 16º Distrito Policial, em São Cristóvão, quando o presidente Vargas assinou o Acordo de Assistência Militar entre Brasil e Estados Unidos (1952). Também como o personagem Mattos – o “Crâneo” da Faculdade, segundo Pádua, seu colega (p. 289) – durante o mandato de Vargas o escritor foi aluno brilhante da Escola de Polícia, tanto que recebeu uma bolsa para estudar nos Estados Unidos com o propósito de, depois, dar aula na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Daí surgiu sua paixão por esse país, seu conhecimento direto da obra de escritores como Dashiell Hammett e Raymond Chandler, que determinariam seu interesse pelo gênero, e, sobre tudo, seus eventuais contatos ideológicos com Estados Unidos (como exposto por Alinne Andrade Pereira): depois da morte de Vargas, entre 1956 e 1957, Fonseca realizou, além disso, cursos de verão sobre Administração na Universidade de Boston que havia de servir no seu posterior desempenho profissional em relações públicas na empresa privada (Petrick, p.11). Em tal sentido, o escritor brasileiro manteve seu cargo na Polícia até sua exoneração no dia 6 de fevereiro de 1958, o que demonstra seu distanciamento do cargo oficial, e ainda tentou conseguir um posto como juiz na mesma administração pública, mas preferiu continuar sua carreira como executivo especializado na área de propaganda e relações públicas, realizando uma série de atividades que incidiriam diretamente, tanto em seu futuro labor como em sua produção literária.

De acordo com o anterior, como observa Ariovaldo José Vidal, pode-se advertir que, *Agosto* “é um livro que anda pelo passado do escritor, o que deve denunciar o problema mal resolvido e mal contado de suas ligações com o poder” (1991, p. 6). Na verdade, o romance *Agosto* pode constituir uma recreação do passado do escritor como comissário da Polícia na época getulista e, a posteriori, como uma explicação da transformação em sua perspectiva ideológica no que concerne a ela mesma. Seus vínculos estreitos com certos líderes políticos no país após seu contato com Estados Unidos podem explicar esta transformação. Até certo ponto, pode-se destacar que o advogado e o comissário da polícia Alberto Mattos, protagonistas do romance, é um alter ego de Fonseca que reflete lucidamente nas suas circunstâncias pessoais na época da decadência de Vargas, isto é, em 1954. Como salienta Jayro Luna:

Os primeiros fatos da obra *Agosto* são reais (crime da Rua Toneleros e o suicídio de Vargas). Contudo, o principal personagem, o Comissário Mattos, é fictício. O Comissário, na verdade, é o ‘alter ego’ do autor... A obra é narrada, em terceira pessoa, do ponto de vista do ingênuo, porém inteligentíssimo, Comissário. [O autor] não tece críticas à situação da época; ele, simplesmente, narra os fatos do ponto de vista

de alguém correto, vítima de brutalidades políticas e de corrupção policial. O autor entra na história que mancha o país e, por isso, cria este ‘outro eu’ para atingir seu objetivo. Visando dar conotação fictícia à história que envolveu fatos reais, Fonseca cria outros personagens, justamente para dar vida ao seu ‘alter ego’ (2013, p. 21).

Neste sentido, ao redor dessa suposta “mancha” histórica que pode ser a história de Getúlio Vargas desde a perspectiva de 1990, quando a se publica o romance, podem-se comparar as ações do personagem, o comissário Alberto Mattos e o autor Rubem Fonseca: enquanto Mattos é um comissário depressivo, atormentado por uma úlcera gástrica e pelo amor de duas mulheres, Alicia e Salete, que parte de certa confiança no sistema para mergulhar em uma verdadeira confusão política com um hálito existencialista e romântico, Fonseca pode se definir como um advogado sagaz com interesses muito precisos tanto no campo do êxito profissional quanto econômico. Segundo Clemens Franken:

Se trata, así, en la obra literaria de Rubem Fonseca, de un mundo totalmente podrido, un caos sin Dios, leyes ni normas. En esta visión de mundo, bastante nietzscheana, existencialista y atea, al hombre no le queda más que asumir una actitud desencantadora y cínica, dado que supuestamente no existe el más mínimo espacio para la esperanza y los ideales (2009, p. 117).

Assim, o olhar crítico de Mattos, que em 1954: “Teve vontade de jogar o livro [de direito civil] na parede” (24), diferencie-se da perspectiva pragmática do Fonseca de relações públicas que começa a defender os interesses econômicos do setor privado e a encontrar privilégios nele. Desde esta segunda perspectiva se deve advertir que, após a reviravolta na administração judicial, o escritor obteve um cargo na Light, a maior empresa privada dedicada à exploração de energia elétrica no Brasil. Por sua vez, enquanto Mattos pode se tornar como um getulista e mais tarde como um personagem confundido na sua posição política, nos anos seguintes ao seu labor na administração de Justiça, Fonseca se distancia do líder populista e se vincula ao liberalismo antimarxista que representa a própria empresa na qual trabalha. Deste modo, persistem as aproximações entre o personagem e criador como consequência de sua ideologia. Assim, enquanto para o investigado do romance, Mattos, existem notórias diferenças entre a ditadura inicial de Getúlio Vargas - que rejeita em seu momento e pela que é apressado em 1944— e a democracia de 1954, que ele mesmo encarna como comissário federal com desejos de justiça o escritor segue sua própria rota até o liberalismo. Até certo ponto o personagem defende a democracia getulista, já que, segundo revela sua ficha policial de 1945 (quando

é preso como “queremista”) a 1954 (quando revela suas dúvidas sobre o sistema), há certa transformação: a contraposição destes dois momentos históricos lhe permite dizer, em primeiro lugar, que se Vargas começou como ditador, transformou-se logo em um democrático graças ao apoio popular, mas, em segundo lugar, que, a pesar de Vargas, o sistema segue andando pelos velhos caminhos da política tradicional e que ao parecer assim continuará sucedendo por um bom tempo (juízo que constitui a medula da perspectiva do escritor que é rejeitada pelos críticos). Por esta razão, ao definir o que é um bom policial e a natureza da autoridade, Mattos afirma:

Para mim todos os crimes são iguais. Sou um policial... A nós policiais não compete fazer julgamento de valor sobre o fato ilícito... Aqueles que se consideram homens de bem nem sempre são bons Policiais. Pausa. O melhor policial seria talvez um autômato que conhecesse bem a lei e a obedecesse cegamente... Toda autoridade contém, de certa forma, algo de corrupto e imoral (p. 250).

Esta fé e desapontamento enquanto à função policial e do que é a autoridade é o que, na verdade, define os passos do personagem e o aproxima da perspectiva individual de seu criador sobre o Varguismo como política que perdura no Brasil. Mattos, que não é herói ingênuo, ao que se referia Jayro Luna, reconhece o progresso do sistema, mas duvida do papel da autoridade policial, pois o mundo ideal no qual ele quer crer choca com a realidade que o corresponde viver: “O mundo em que ele vivia era uma merda. O mundo inteiro era uma merda” (2013, p. 263), afirma como um típico detetive de novela negra e muito próximo do individualismo de seu criador. Por tal razão, como comissário idealista chega a apoiar uma greve prisional pelas circunstâncias que se encontram os presos que ele vigia, e em um momento dado diz a um recluso: “você não devia estar aqui, nenhum de vocês devia estar aqui. Mas não há nada que eu possa fazer” (p. 31). E depois, quando seu assistente Rosalvo pergunta sobre sua filiação política, responde desta maneira:

- Posso lhe fazer uma pergunta?
- Pode, respondeu o comissário.
- Afinal, o senhor é lacerdista ou getulista?
- Tenho que ser uma dessas duas merdas? (p. 31).

A questão está relacionada fundamentalmente com a teoria e a prática de uma ideologia. Conforme ao Getulismo populista da época (o que recebe a carta de apoio dos presos comunistas em 1943), cada manhã, quando assume o serviço policial, Mattos deixa sair às pessoas apreendidas na noite anterior por

seu colega Pádua. Embora essa decisão vá contra o regime legal, para Mattos é uma ação lógica e necessária, dada a gravidade da situação que vivem os prisioneiros. A luta pela defesa dos direitos dos reclusos se identifica então com a teoria que expôs Vargas, ou seja, com o indulto populista que teve o Presidente em um momento dado, segundo o romance, e que se opõe à realidade prisional, como se pode perceber de novo nesta conversa entre Mattos e seu assistente Rosalvo:

- O senhor viu que o presidente vai indultar mais criminosos? Em Julho já foram beneficiados trinta assassinos, vinte e dois ladrões, três estelionatários, um macumbeiro e um receptador. O que o senhor acha disto, doutor? Mais sessenta e tantos criminosos soltos na rua.
- Eles não deviam nem sequer ter sido presos. O senhor está falando sério? Acho que o nosso problema é que existem criminosos demais na rua. Prender um macumbeiro, um receptador, é uma estupidez. O sujeito preso custa um dinheirão à sociedade, cumpre algum tempo e sai pior do que entrou (p. 203).

Neste sentido, fica claro que, quase ao final do livro, Mattos expresse sua confusão a propósito do primeiro e último Vargas, e em geral, sobre seu governo: “Getúlio Vargas faz parte da minha vida... Estou sentindo pena do Getúlio. Sei que isto parece absurdo; eu mesmo estou surpreso... Eu estava muito confuso naquela época. Hoje também.” (p. 312). Esta perspectiva da confusão do comissário sobre o momento anômico da época getulista se soma à perspectiva do continuísmo político que sugere a resolução do romance e que se analisará a seguir. Se a ausência de legitimidade em um momento dado produz confusão no investigador, o suicídio do Presidente constitui a matéria prima que utiliza o escritor para demonstrar as razões de sua própria transformação ideológica depois de ter podido ser o getulista dos anos cinquenta quando trabalhava como Comissário Federal. Tal como propõe boa parte da crítica literária no Brasil, Rubem Fonseca muda ideologicamente durante esses anos: de certo Getulismo para sua visão liberal. Sua perspectiva histórica se manifesta então alterando o relato histórico para fazer coincidir com seus próprios interesses pessoais. Neste sentido, sua vinculação com a empresa Light e com alguns setores políticos antimarxistas decorre da grande importância para entender a obra.

A crítica literária: ao redor de Light e Eletrobrás

O antropólogo Darcy Ribeiro, Ministro de Educação do presidente João Goulart (que foi derrotado no golpe de 1964) e um dos fundadores do Partido

Democrático Trabalhista (PDT) em 1980 e da Universidade de Brasília (UnB), declara:

O romance *Agosto* é o último gesto de servidão de Rubem Fonseca a seu amo Gallotti, o testa-de-ferro da Light. Não esclarece o único ponto decisivo do drama sobre o qual devia e podia depor que seria nos dizer a quem interessava a deposição de Getúlio Vargas. Não há dúvida que a grande interessada era a Light para impedir que Getúlio consumasse a criação da Eletrobrás. Jango achava que foi a Light que patrocinou a campanha de difamação e armou a trama que resultou no suicídio. Seria apenas ridícula se não fosse afrontosa sua atribuição da autoria da Carta Testamento a um oficial da Aeronáutica. A Carta que é o mais alto documento da história brasileira é também magistralmente escrita (1985, p. 261).

Segundo este crítico, no meio do contexto político da pós ditadura (depois de 1985), a definição do romance *Agosto* demonstra a ideologia liberal do escritor e, além disso, sua provável coonestação com os responsáveis pela ditadura que se impôs no Brasil em 1964, e que, unido ao Plano Condor, obteve o apoio dos Estados Unidos e de outros golpes militares na América Latina. Desde seu ponto de vista, a vinculação de Fonseca com a empresa Light e sua amizade com Antônio Gallotti, presidente da companhia e fundador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, em 1962, confirmariam isso. Este último organismo tinha como objetivo disseminar um pensamento liberal e antimarxista no país e esteve involucrado no golpe de Estado ao presidente João Goulart em 1964. Sobre o assunto, Alinne Andrade adverte a desafortunada relação que existiu durante a época entre o escritor e esta linha política reacionária encarnada no IPES:

Rubem Fonseca participava de todas as reuniões. Há transcrições de opiniões dele, com assinatura na ata, em geral no cargo de ‘secretário’. Não encontrei provas definitivas, mas várias pessoas afirmaram que ele era o autor dos roteiros dos filmes publicitários do IPES. (cit. em Petrik, parágrafo 15).

A partir deste ponto de vista, para Ribeiro e Andrade, Fonseca não se interessava em esclarecer, no romance *Agosto*, o motivo real do suicídio de Vargas: o interesse da Light em evitar a consolidação da Eletrobrás (Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEL). Se Fonseca trabalhou com Gallotti e ao serviço do IPES, não poderia revelar no romance esta questão como causa direta do suicídio de Vargas. A partir do ponto de vista destes críticos, o próprio

presidente Jango, ou João Goulart, destacou há muitos anos que a empresa Light patrocinou a campanha da difamação de Vargas e armou toda a cilada que o levou a sua imolação. Dada sua trajetória e sua personalidade, Getúlio jamais aceitou algo como a privatização do setor energético e, portanto, o monopólio da Light. De fato, em sua Carta Testamento, Vargas declara: “Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre” (Baun, 2004, p. 227).

Do mesmo modo, como Darcy e Andrade, os críticos Tiago Petrik, Malu Porto e João Gabriel de Lima sublinham o fato de que Fonseca trabalhou no departamento de relações pública da Light, mas, sobre tudo, foi recrutado como secretário e publicitário do IPES, circunstância que determinou sua visão da história e, inclusive, assegurou posteriormente seu êxito literário, incluindo o romance *Agosto*. Para apoiar esta perspectiva, Mariana Bitencourt Faraco salienta que em determinado momento Fonseca foi assessor do general Golbery do Couto e Silva (2011, p. 24)⁵, outro fundador do IPES em 1962, que graças às condições ideológicas de Fonseca, ou seja, a sua suposta filiação liberal e seu repúdio ao comunismo, propiciou seu futuro profissional no campo da literatura: segundo ela, o editor Gumerindo Rocha Dórea, amigo dele, serviu ao escritor para fortalecer sua carreira literária. Neste sentido, Petrik, Porto e de Lima declaram que:

Essa época é relevante na vida do escritor também por outra razão. Foi em parte graças à convivência com a turma que se opunha ao presidente —e mais tarde ajudaria a articular o golpe militar de 1964— que José Rubem publicou seu primeiro livro de contos, *Os Prisioneiros* (parágrafo 13).

E por si, isso foi pouco, os críticos afirmam que em 1979, em plena época de ditadura, com João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente militar, o escritor foi convidado por Antônio Gallotti para participar da administração municipal do Rio de Janeiro, durante a gestão do “prefeito biônico” (prefeito escolhido pelo governo militar) Israel Klabin, outro ex-integrante do IPES, da

⁵ Professor da Escola Superior de Guerra dirigida pelo general Juárez Távora. Contou com o apoio do general Humberto de Alencar Castelo Branco. Foi Chefe do Gabinete da Presidência da República (1974-1981) de Ernesto Geisel e Ministro do Planejamento e Ministro da Justiça durante a presidência de João Baptista Figueiredo (1979-1985). Em 1966 resumiu seu pensamento no livro *Geopolítica do Brasil*.

reconhecida filiação liberal. Assim, confirmando a opinião de Ribeiro e Andrade, tais autores salientam:

A frase, proferida pelo antropólogo Darcy Ribeiro nos anos 90, referindo-se ao presidente da então maior empresa privada do país, dá a exata medida do patrulhamento ideológico sofrido pelo escritor por causa de suas posições políticas. Num país em que 90% dos intelectuais e escritores se definem como de esquerda, o autor de *Agosto* sempre se apresentou como um liberal. Como liberal, jogou no lado contrário dos marxistas durante o período mais polarizado da história política brasileira - o início dos anos 60, a época em que João Goulart ocupou a Presidência da República (13).

Sobre isso, mais tarde Petrik, Porto e de Lima acrescentam:

Qual a relevância da atividade política de José Rubem para a sua obra, além de lhe fornecer contatos para publicar o primeiro livro? Pode-se dizer que as crenças políticas do escritor evitaram que sua ficção sofresse, como a de tantos autores, a influência do marxismo – e isso pode ter sido bom. Seus personagens vivem numa realidade mais complexa do que aquela de que o conceito de ‘luta de classes’ tenta dar conta (parágrafo 19).

Na verdade, no romance analisado o escritor não dá conta de uma luta de classes, nem lhe interessa dar-se: *Agosto* se mantém à margem de uma definição pela via marxista de explicar ao personagem por seu caráter de ilustração de um conflito social que, ao final, se instala com o avanço do proletariado. Pelo contrário, a confusão de Alberto Mattos diante de seu contexto histórico e a visão sem esperança do sistema por parte do autor são somente parte de uma descrição de continuísmo da política brasileira.

Não obstante ao anterior, o mais grave do romance, para os críticos, não é a filiação política do escritor que isso pode revelar, mas seu ataque a uma das instituições respeitadas da historiografia nacional que sustenta a proteção de Vargas aos recursos naturais do país. A partir da perspectiva de Darcy Ribeiro, a atribuição de Fonseca da Carta Testamento de Vargas a um oficial da Aeronáutica do Brasil difere radicalmente do discurso histórico em decadência do Vargas progressista. O problema da autoria da carta é o que está no centro da crítica literária relativa à *Agosto* de Rubem Fonseca. Se hoje existem posições antagônicas sobre o valor desta Carta Testamento, para o crítico é claro que, de acordo aos achados da história oficial, os dois textos difundidos desta (mencionados também no romance) provem do mesmo Vargas ou, alternativamente, de Maciel Filho, jornalista assessor encarregado com frequência dos discursos do presidente, e em nenhum caso de um membro das

Forças Armadas. Ainda que existam duas versões da Carta - uma, datilografada, na qual se percebe no romance antes da morte de Vargas, e uma nota manuscrita que Fonseca atribui ao major Fitipaldi, assessor militar do presidente—, ninguém tem dúvida sobre sua autoria. A primeira há três cópias, é atribuída a Filho, mas esta versão foi desmentida por ele mesmo quando confirmou à família do presidente que tinha ajudado a Vargas somente com a transcrição. Essa cópia foi distribuída à imprensa como legado político de Vargas e foi, em boa parte, a razão para modera o clima político posterior e evitar um golpe militar, elevando a herói e mártir nacional ao presidente falecido. A segunda é muito mais concisa veio ao conhecimento de todos posteriormente como mostra da autenticidade da primeira. No romance esta última carta é atribuída ao major Fitipaldi – quem, segundo Fonseca “ao saber do suicídio do presidente trancara-se numa sala da assessoria militar, no andar térreo, onde escrevera apressadamente um bilhete no fim do qual assinara o nome de Getúlio Vargas” (330) – e o entrega essa mesma noite aos jornalistas para confirmar a morte do presidente.

A controvérsia sobre a legitimidade do segundo texto que, na opinião de Darcy, apresenta Fonseca, altera gravemente a história brasileira. Além disso, se levará em conta a questão da Eletrobrás que esclareceu Vargas em uma de suas seções, segundo o que foi dito antes. Ainda que Fonseca parecesse se detiver a realidade histórica, a adjudicação da autoria da segunda nota manuscrita a Fitipaldi - “Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte, começava o bilhete, que terminava dizendo: ‘A resposta do povo virá mais tarde...’” (330) – legitima justamente a quem está interessado na derrota de Vargas e buscam o golpe de Estado: os militares, que reclamavam sua renúncia ou ameaçavam, como de praxe, com sua deposição por um golpe. Neste sentido, paradoxalmente, as Forças Armadas, que tinham utilizado a morte do major Vaz no meio do atentado a Lacerda como um pretexto para se opuser às reformas democráticas, surgem como garantia da democracia conseguida no Estado Novo. A identificação do narrado com o sentido comum das razões de Freitas – o senador corrupto que favorece com uma licença de financiamento do Banco do Brasil a primeira vítima da novela – demonstra a crítica radical do escritor ao Partido Social Democrático – PSD – que segundo o romance não fez nada para defender a Getúlio Vargas quando este sofreu o embate de uma parte do Exército e outras forças sociais em pugnas. Para este personagem:

A traição fazia parte do jogo político. Ainda mais agora, em que a grande imprensa, os militares, os políticos, os estudantes, as classes produtoras, a Igreja, contribuíam, todos, com ardor exaltado para a *mazorca* [confusão] que começava a dominar o país (242)⁶.

Tal perspectiva do assunto em 1990, somente cinco anos depois do fim da ditadura no país, demonstra a provável coonestação do escritor com os militares da época getulista, tal como sugere Darcy. Mas, além disso, esta perspectiva pode ser avaliada a partir da teoria da anomia social aplicada à literatura.

O Varguismo na política brasileira: “plus ça change plus c'est la même chose”

Após a morte do Presidente Getúlio Vargas, as Forças Armadas conservaram sua tutela sobre o Congresso e os partidos políticos fundados por ele - Partido Social Democrático (PSD) e o antigo Partido (PTB)– dominaram a cena política; inclusive durante a ditadura (1964-1985) deu continuidade ao modelo econômico do intervencionismo do Estado implantado por Vargas que, em teoria, oferecia apoio aos desamparados e excluídos do sistema. Como consequência dos movimentos sociais que os meios de comunicação deturparam no momento da morte de Vargas (dos que citam o texto) deu-se continuidade às políticas do líder populista e se atrasou o suposto golpe de Estado até 1964. Este período, denominado o Varguismo sem Vargas, foi ao mesmo tempo, uma espécie de caos histórico, caracterizado, entre outras coisas, pela posse de oito presidentes em meio de uma confusão social verdadeiramente anômica. Com a ajuda do Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, quarto presidente do regime (1974-1979), por exemplo, persistiu nas políticas de centralização do poder no estado militar com pouca margem de ação a iniciativa privada. Então:

Pasaron veinte años antes de que un civil volviera a la Presidencia de Brasil. Tancredo Neves, seguidor del “getulismo”, que como se recordará fue el Primer Ministro del último gobierno de Vargas y paradójicamente lector nacional de su testamento, fue electo Presidente, lo que demuestra la trascendencia de Getúlio Vargas en la política del Brasil y en donde sus palabras “Salgo de la vida para entrar en la historia” adquieren una dimensión temporal (Sosa de León, parágrafo 62).

⁶ O sublinhado da palavra confusão é meu. Sustenta o ambiente de anomia do romance.

Em 1985, na primeira eleição indireta com candidatos civis para presidente da República (o que não se via desde o golpe militar de 1964), Neves foi proposto por uma aliança entre vários partidos e eleito como presidente em eleições diretas, como tinha sugerido o próprio Vargas nos anos quarenta do século XX em meio do populismo em ascensão. Este líder morreu, não obstante, antes de assumir o cargo e em seu lugar José Sarney, candidato eleito como vice-presidente, tornou-se presidente constitucional com a intenção de seguir suas pautas, ou seja, as linhas do Getulismo. Seu último governo (1985-1990) se caracterizou por certa fragilidade política, porque, além de não haver ocorrido novas eleições após a morte de Neves, sofreu uma das piores crises econômicas do país. Em seguida, uma nova constituição incluía a eleição presidencial direta foi promulgada em outubro de 1988 e Fernando Collor de Mello, do Partido de Reconstrução Nacional, iniciou seu programa anti-inflacionista no qual é publicado o romance.

Recrutar a história de Getúlio Vargas em 1990 nas condições em que faz Fonseca (esquivando a questão de Light e exaltando o labor dos militares na história brasileira arrematando a autoria da Carta Testamento) faz parte, então, de certo continuísmo político, econômico e ideológico do país, sobre tudo na hora de reconhecer o labor dos militares ao dirigir a república. Sobre o assunto, é interessante comparar de novo a visão de um dos personagens de *Agosto* com a resolução ideológica do romance: a avaliação da história de Alzira, filha do presidente, personagem literária que no momento em que as coisas parecem se resolver contra:

agora, ela tomava consciência da História como uma estúpida sucessão de acontecimentos aleatórios, um enredo inepto e incompreensível de falsidades, inferências fictícias, ilusões, povoado de fantasmas. Ela agora se perguntava, então deixara de existir aquele outro homem cuja memória guardara tantos anos em seu coração? Era ele outro fantasma, nunca existira? Esse pensamento lhe foi tão doloroso e insuportável que por momentos ela pensou que não resistiria e morreria de dor, ali, na janela do Palácio do Ingá, em Niterói (p. 304).

A recriação do fato histórico do presidente Getúlio Vargas envolvido no conflito das distintas forças sociais do Brasil se assume aqui desde o ponto de vista de impacto psicológico, em sua filha, desde uma perspectiva íntima do conflito que se acrescenta à visão “confusa” do personagem Mattos que dá conta da oposição entre idéias e realidade. Esta perspectiva deixa intacto ao Presidente, e entende a história como uma sucessão de fatos aleatórios.

Pelo contrário, a realidade que mostra Fonseca no que diz respeito ao suicídio de Vargas acaba por ser mais sistemático e obedece a uma intenção política muito mais pragmática. O escritor estabelece, em *Agosto*, uma teoria que podemos chamar de necessária a continuidade do poder político conforme as pautas de Getúlio Vargas; ou seja, reconhece a vigência do adágio popular no qual reflete Lomagnò no romance aludindo a uma “máxima perfeita” dos franceses: “plus ça change plus c'est la même chose” (quanto mais as coisas mudem, tudo permanece igual). Esta lógica histórica é descrita pelo escritor e, desde o ponto de vista da história nacional, é a que parece ser verídico até nossos dias. Desde seu ponto de vista, a pesar das supostas transformações democráticas no país, persiste um Varguismo sem Vargas. A pesar de que, nos últimos anos da ditadura se silenciou o labor social de Vargas (de fato o populismo, encarnado por ele nos anos cinquenta do século XX, e o comunismo e o socialismo foram duramente rejeitados pelos militares) e de que nem seu nome nem seu testamento se incluíam nos estudos da História como tal, sua herança determina ainda a política nacional. A omissão no romance *Agosto* do tema da origem da Eletrobrás assim como a atribuição da Carta Testamento de Vargas aos militares podem se converter como uma leitura indulgente do Getulismo e da ditadura de 1964, o mesmo que a política contemporânea dominada ainda por pautas de Getúlio. O que os críticos advertem e jogam com preconceito do escritor pode ser lido antes todo como seu testemunho de que as coisas sempre foram iguais, ou seja, que na história nacional a chave é o continuísmo das mesmas forças políticas desde o ano cinquenta e quatro até noventa do século XX. Num contexto de retorno à democracia e em meio da criação de Partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB –, Partido dos Trabalhadores – PT – (fundado por Luiz Inácio Lula da Silva), Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (fundado por Fernando Henrique Cardoso), a resolução do primeiro tema da propriedade sobre a energia elétrica constitui um exemplo desta visão do escritor sobre a permanência histórica das forças econômicas, encobertas por discursos populistas e militares nos finais do século XX, e na alvorada do século XXI. Como queria Getúlio e os militares permitiram, Eletrobrás se consolidou como a empresa pública líder do setor; e, em troca disso, Light passou para as mãos dos militares, tal como eles buscaram (ou negociaram). Assim aconteceu também com a empresa Cemtex, no romance: a pesar de que toda a propriedade se conserva nas mesmas mãos. Esquivar ao tema concreto de Light pode confirmar o fato de que o escritor conta a história conforme a essa lógica observada como continuísmo. Diante da

evidência, melhor calar-se. Por sua parte, na mesma dinâmica política de Varguismo sem Vargas, pode se dizer que Fonseca oferece uma visão possível da questão da Carta Testamento do presidente. Assim, ele a adjudica a uma ala das Forças Armadas que, em princípio, buscam o bem do país, mas que na realidade, estão cuidando dos seus interesses econômicos, tal como aconteceu historicamente. Se pouco a pouco o tema da Carta de Getúlio entrou no domínio da mitificação e, portanto, na irrevocabilidade ideológica ou política (como demonstram as reflexões de Darcy Ribeiro), Fonseca lança uma teoria possível no marco dos achados de documentos vinculados a esta Carta periodicamente publicados. Desde os anos sessenta do século XX começaram a surgir versões em quanto à autoria, pois a Carta Testamento foi considerada como fonte primordial para a compreensão do processo histórico contemporâneo. Alguns conforme com o velho modelo econômico para o Brasil; outros com o novo; alguns pretendiam a “modernização” econômica do país pela via do neoliberalismo; outros a permanência das transformações sociais de Getúlio; cada um a seu modo recorria a esta Carta Testamento como referência nacional. Atribuir uma carta às Forças Armadas, desde meu ponto de vista, também não altera o relato histórico da história da história brasileira assinada pelo Varguismo. Com carta ou sem carta os militares continuaram ostentando o poder e permearam a vida política do país desde então. O importante do assunto é que confirma a tese do continuísmo político, pois nem o romance nem a realidade afetam o discurso que serve de pano de fundo ao romance nem a história.

Assim as coisas, nem no tema da Eletrobrás nem no da Carta, o escritor parece se opuser ideologicamente a essa dinâmica histórica derivada do Getulismo do século XX. E isso não é exclusivo para ele, mas parte de todo um contexto político e ideológico que se pode verificar ao longo da história. Com as pautas do novo liberalismo, até a década de noventa do século XX – isto é, com posteridade ao romance – somente Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) buscou o que pode denominar o desmantelamento do Estado protetor, já que, em 1994 indicou o Plano Real para reestruturar e reduzir a dívida externa do Brasil. No entanto, desde 2000, com o Partido Verde, Partido Socialista Libertário – PSOL –, o Partido Frente Liberal – PFL, que hoje é Democrata – DEM, surgiu uma volta evidente às políticas populistas dos anos cinquenta do século XX. O triunfo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), de origem sindical (grêmio favorecido por Vargas), o êxito político de Leonel Brizola, governador do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987 y 1991-1994), e líder fundador do Partido Democrático Trabalhista – PDT -, ou a

eleição de Dilma Vana Rousseff em 2011, do Partido dos Trabalhadores (PT) são somente exemplos da vigência do Getulismo no Brasil e da persistência dos discursos populistas e militares derivados de 1964. Como denuncia dos autores de *Tropa de Elite. Uma guerra tem muitas versões*, um romance de 2005, a instituição policial e a própria legislação penal do século XXI conservam as pautas do Getulismo e da ditadura e muitos são os “nostálgicos de 64” (95).

Conclusão

A final, desde o ponto de vista de Rubem Fonseca, é o velho líder populista dos anos trinta do século XX, com seu pano de fundo militar e autocrático, socialista ou democrático, o que segue determinando a organização do Estado moderno. As contradições entre as idéias e a realidade seguem na ordem do dia (como revelam os escândalos de corrupção dos últimos governos). Longe de propor uma leitura liberal e antimarxista, como se opõem os críticos mencionados, pode-se dizer que o escritor da conta simplesmente da linha continuísta própria da política brasileira, no geral, do Vargasismo sem Vargas. Reconhecendo as virtudes do discurso getulista, evita ao tema do campo econômico do modelo populista e exalta a bondade das Forças Armadas na resolução dos conflitos. O fato de que o crime fundamental investigado por Mattos seja de uma fachada de grupos econômicos estrangeiros não faz mais que sublinhar uma realidade determinada, sobre tudo, pelas forças do mercado. Tal perspectiva supõe uma visão ideológica que apenas admite discussão quando visto desde um plano do pragmatismo contemporâneo.

Referências

ANDRADE PEREIRA, Alinne. **“O verdadeiro Mandrake: Rubem Fonseca e sua onipresença invisível (1962-1989)”**. Tesis. Universidade Federal Fluminense, 2009. Impreso.

BAUM, Ana (org). **“Carta-testamento”. Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do radio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 227-228. Impreso.

BITTENCOURT FARACO, Mariana. **“A lupa caleidoscópica: o híbrido policial-histórico em Agosto, de Rubem Fonseca, e Santa Evita, de Tomás Eloy Martínez”**. Tesis. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Web

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13021>

FONSECA, Rubem. **Agosto**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, c1990. 349p. (Mestres da literatura contemporânea; 11) ISBN 850115413x (Enc.).

Forero Quintero, Gustavo. **La anomia en la novela de crímenes en Colombia**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2012. Impreso.

FRANKEN KURZEN, Clemens A. “**Rubem Fonseca y su detective-abogado**”. *Taller de Letras*. 44: 115-127, 2009.

KRACAUER, Siegfried. **La novela policial. Un tratado filosófico**. Buenos Aires: Paidós, 2010. Impreso.

LUNA, Jayro (Ed.). “**Orfeu spam apostilas**”. *Apostila 50 de Lit. brasileira Contemporânea*. Web. 8 de abr. de 2013 <http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Contemporanea/Rubem_Fonseca_Agosto_resumo_e_comentarios.htm>

OLIVA, Osmar Pereira. “**Agosto e o discurso marginal fonsequiano**”. *Belo Horizonte*4. dic. 1999: 67-74. Web <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/2169>>

RIBEIRO, Darcy. **Aos Trancos e Barrancos**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

SCHOLLHAMMER, Karl Eric. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, Civilizaçãobrasileira, 2009. Impreso.

SILVA, Jurem ir Machado da. **Getúlio**. Rio de Janeiro, Brazil: Record, 2004. Impreso.

SOARES, Jô. **O homem que matou Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Impreso.

SOARES, Luiz Eduardo et al. **Elite da Tropa. Uma guerra tem muitas versões**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo et al. Trad. de René Palácios More. **Tropa de Elite. Una guerra tiene muchas versiones**. Buenos Aires: Marea, 2009.

TIAGO PETRIK, Malu Porto y João Gabriel de Lima. “**Rubem Fonseca - O Seminarista**”. *Revista Bravo!* Nov2009. Web. 16 de abr. de 2013<<http://bravonline.abril.com.br/materia/rubem-fonseca-seminarista>>.

VIDAL, Ariovaldo José. “**Rubem Fonseca, o romancista**”. *O Estado de S. Paulo*9 de mar. 1991: 6 – 7. Impreso.

WALDEMER, Thomas. “**Rubem Fonseca’s Cold Case: The Ephemeral and the Historical in Agosto**”. *Romance Notes*Vol. 47. 1. 2006: 33-40. Impreso.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. “**Getúlio Vargas y el Brasil moderno**”. *La onda digital* 2 ene. 2007. Web. 9 de junio de 2013 <<http://www.laondadigital.com/laonda/laonda/301-400/321/b3.htm>>

ZISMANN, Tatiana. “Getúlio Vargas na ficção: leituras comparadas de um suicídio político”. **Getúlio Vargas em mundos de ficção: a persona histórica e seus múltiplos ficcionais.** Tesis. UFRGS. Web<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie10/art_10.php>